

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
- PLAGEDER**

SILVANA FINGER

**O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM IVOTI:
Uma forma de promoção da alimentação saudável**

IVOTI

2011

SILVANA FINGER

**O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM IVOTI:
Uma forma de promoção da alimentação saudável**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador:

Prof^a. Dra. Tatiana Engel Gerhardt

Coorientador:

Tutor Antônio João Ferreira de Lima

IVOTI

2011
SILVANA FINGER

O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM IVOTI: Uma forma de promoção da alimentação saudável

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: IVOTI, 19 de Julho de 2011.

Prof. Dr. Írio Luiz Conti
UFRGS

Prof^a. Dra. Tatiana Engel Gerhardt
Orientadora UFRGS

Prof. Antônio João Ferreira de Lima
Coorientador UFRGS

RESUMO

Este trabalho pretende abordar a questão da segurança alimentar e nutricional dos alunos da rede municipal de ensino através do Programa de Alimentação Escolar (PNAE). Busca-se entender como ocorre a difusão das políticas públicas revertidas a gestão municipal para verificar a aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar. Além disso, procura-se visualizar os benefícios da incorporação da agricultura familiar no programa, caracterizando a participação de entidades sociais e cooperativas agrícolas assim como das origens dos produtos usados para o fornecimento da alimentação escolar. Para tanto foi utilizado um estudo munido de entrevistas para coleta de dados, a partir dos quais se buscou evidenciar o incentivo e a aproximação entre produtores e consumidores. No município de Ivoti, observou-se a importância do PNAE para a efetivação da segurança alimentar e nutricional dos alunos, assim como da aceitação dos mesmos a novos cardápios elaborados a partir de alimentos da agricultura local. Não obstante, também são notáveis as novas perspectivas de mercado para a agricultura familiar da região, pretendendo substituir os manejos utilizados atualmente por práticas sustentáveis, preservando o meio ambiente.

Palavras-chave: Segurança alimentar; Alimentação Escolar; Agricultura familiar.

ABSTRACT

This study addresses the issue of food security and nutrition of students in municipal schools through the School Feeding Program (SFP). We seek to understand how the diffusion of public policies reversed the municipal administration to verify the acquisition of food for school feeding. In addition, we try to visualize the benefits of the incorporation of family farming in the program, featuring the participation of social organizations and agricultural cooperatives as well as the origins of the products used for the provision of school food. For this we used a study, provided interviews to collect data, from which it was sought to highlight the incentive and the rapprochement between consumers and producers. In the city of Ivoti, noted the importance of SFP for the realization of food security and nutritional status of students, as well as the acceptance of these new menus made from local food agriculture. Nevertheless, new market opportunities are also notable for family farms in the region, intending to replace the currently used management strategies for sustainable practices, preserving the environment.

Keywords: food security, School Food, Family Farming.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
CAPÍTULO 1. ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO.....	08
CAPÍTULO 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	12
CAPÍTULO 3. METODOLOGIA.....	18
CAPÍTULO 4. RESULTADOS DO PNAE EM IVOTI.....	21
4.1 O Programa de Alimentação Escolar em Ivoti.....	21
4.2 Participação de entidades sociais e/ou cooperativas agrícolas.....	22
4.3 Origens dos produtos usados na alimentação escolar.....	24
4.4 Participação da agricultura familiar no programa de abastecimento alimentar.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	32
SITES CONSULTADOS	33
APÊNDICES.....	34
A - Roteiro de entrevista para gestores/responsáveis pelo PNAE.....	34
B - Roteiro de entrevista para nutricionistas do PNAE.....	35
C - Roteiro de entrevista para representante da PROAGRIL.....	36
D - Questionários aplicados nas entrevistas.....	37
E - Termo de Consentimento, livre e esclarecido.....	38
ANEXOS.....	39
1 Mapa do RS/ Corede do Vale dos Sinos/ Mapa de Ivoti.....	39
2 Resultados das licitações N° 2 e 3/2011- Pref. Municipal de Ivoti.....	40
3 Lista de produtos da PROAGRIL.....	42

INTRODUÇÃO

O direito humano à alimentação reflete a importância do assunto em todo o mundo, pois se trata de um direito reconhecido internacionalmente. Segundo Maria Mendonça, diretora da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos:

O artigo 11 da Convenção Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais rege a principal norma de que a fome deve ser eliminada e os povos devem ter acesso permanente à alimentação adequada, de forma qualitativa e quantitativa, garantindo a saúde física e mental dos indivíduos e das comunidades, além de uma vida digna.

O destaque prioriza as crianças que devem ter a oportunidade de uma alimentação adequada e saudável que lhe proporcione saúde para seu desenvolvimento.

Atualmente, tem-se discutido muito sobre alimentação adequada/saudável. O âmbito educacional, de modo geral, não foge à regra, procurando garantir segurança alimentar e nutricional às crianças, através da alimentação escolar. Contudo, é necessário questionarmos em que medida isso realmente ocorre na prática. Para tanto, delimitamos o local de pesquisa, a saber, as escolas da Rede Municipal de Ensino do município de Ivoti. Nesses ambientes, têm-se projetos que visam à introdução de alimentos produzidos pela agricultura familiar na alimentação escolar. Questionamos, todavia, se tal iniciativa garante uma alimentação segura e nutricional.

A intenção desta pesquisa provém da curiosidade de conhecer os projetos existentes para a promoção das seguranças alimentar e nutricional, através da disponibilidade da alimentação escolar no município de Ivoti. Isso porque, ao ingressar no curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da UFRGS, o conhecimento das práticas de agricultura adotadas na região, chamou a atenção quando apontadas em estudos de caso realizados, pois proporcionava uma alimentação diversificada à população. O incentivo para a promoção da agricultura familiar era visto através do apoio de entidades como a Emater local e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ivoti, os quais ajudavam a reativar propriedades inativas através de projetos de diversificação de culturas, proporcionando assim uma maior produtividade e conseqüentemente rentabilidade ao agricultor. A partir daí, o objetivo geral deste trabalho se formou para constatar e analisar a questão da

alimentação escolar na Rede Municipal de Ensino de Ivoti, quanto à garantia nutricional e alimentar dos alunos. Fez-se necessário, também, refletir não só sobre prós e contras desses novos hábitos alimentares voltados ao consumo de produtos naturais os quais são propostos aos alunos, mas também observar qual o reflexo disso no mercado local/regional, considerando a organização dos fornecedores. Dessa forma, o tema deste trabalho estará baseado na segurança alimentar e nutricional da alimentação escolar das escolas municipais de Ivoti, nas quais se buscará analisar quatro objetivos específicos, a iniciar pela questão nutricional dessa alimentação a partir da introdução de alimentos produzidos pela agricultura familiar. A partir desse problema de pesquisa, almeja-se então, analisar como primeiro objetivo os projetos e programas empregados na alimentação escolar do município de Ivoti, buscando identificar o número de escolas beneficiadas com tais programas. Como segundo objetivo se buscará verificar a participação de entidades sociais e/ou cooperativas agrícolas, apontando as origens dos produtos usados na merenda escolar as quais se caracterizarão como sendo o terceiro objetivo a seguir. A partir disso, o quarto objetivo se volta para a participação da agricultura familiar no programa de abastecimento, identificando os principais alimentos fornecidos para as nove unidades, ou melhor, instituições de ensino distribuídas nos perímetros urbanos e rurais de Ivoti.

CAPÍTULO 1. ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Quando nos referimos a segurança alimentar e nutricional imediatamente nos vem em mente o direito de qualquer indivíduo à alimentação de qualidade e quantidades suficientes para o desenvolvimento de suas atividades vitais. Isso nos faz questionar a disponibilidade e o acesso a programas que garantam esse direito do exercício de cidadania.

Foi a partir da década de 70 que o Estado passou a vincular uma política especificamente para a promoção da alimentação e nutrição da população através do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), o qual reconhecia a necessidade de unir o social e o econômico para garantir justiça social.

Porém, apenas na década de 80 que a alimentação passou a ser encarada como direito e não como benefício, pois o intuito estava em atender principalmente as necessidades alimentares da população. A partir daí, instaurou-se uma urgência em sanar a fome mundial, a qual mobilizou o Governo na promoção de programas e projetos garantindo a segurança alimentar e nutricional.

Atualmente, a questão da educação vem tendo maior atenção por parte dos gestores municipais, uma vez que se trata de um município em ascensão. Registrou-se, na última década, um crescimento populacional de 29,76%. Em 1991, a população ivotiense era de 16.326 habitantes, vindo a reduzir-se, em 1996, para 13.096 habitantes. Isso ocorreu devido à quebra do setor calçadista da região, obrigando vários migrantes a retornarem para sua terra natal. Já em 2007, foi registrado um volume de 18.517 habitantes em Ivoti, identificando grande crescimento populacional (IBGE, 2007). A partir desses números, foi necessário criar oportunidades de ensino aos novos habitantes dispostos a exercer o direito à educação, desde a pré-escola até a conclusão dos ensinos básico e médio.

O crescente aumento populacional de Ivoti deve-se ao fato desse município localizar-se próximo a grandes centros comerciais, que movimentam a economia regional. Como consequência, há uma procura cada vez maior por imóveis em cidades da região metropolitana de Porto Alegre. Há diversos casos de casais que optaram por morar em Ivoti e trabalhar na capital. Com isso, seus filhos acabam construindo sua vida na cidade onde residem. Essa situação impulsiona a reflexão sobre as condições oferecidas pelo município não só a esses habitantes como também aos natos ivotienses.

O conceito de segurança alimentar e nutricional é de extrema relevância, uma vez que se volta para o direito a uma alimentação de qualidade e em quantidades suficientes para nutrição física e mental de cada indivíduo. Neste contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) propõe uma regulamentação fundada na promoção da agricultura familiar, garantindo o fornecimento de alimentos de origem agrícola e, conseqüentemente, de qualidade às escolas, beneficiando diversas crianças a partir do fornecimento de produtos para a alimentação escolar, oriundos da região.

Conforme proposto no PNAE, o município de Ivoti procura incorporar alimentos da agricultura familiar para manter hábitos e costumes locais, pois, no local em estudo, a sociedade é caracterizada pela origem européia que tem como bagagem uma tradição de consumo dos produtos provenientes da zona rural. Outro fator pode estar relacionado a um projeto de incentivo a agricultores da região, assim como apicultores associados à Cooperativa de Apicultores (COOAPI), localizada no Município. Com isso, podemos caracterizar como grande influência a sociedade na qual estamos inseridos, que possui uma identidade cultural própria e que deve estar ligada às políticas públicas em benefício da segurança alimentar e nutricional da população. Primeiramente, devemos responsabilizar os governos por assegurarem esse direito que posteriormente deverá passar a obrigatoriedade para o comprometimento vital com o povo. Para isso, é fundamental promover a equidade social através de possibilidades de emprego e renda para estimular novas estratégias de combate à fome, que estariam associadas à disponibilidade de estruturas produtivas de alimentos, oportunizando preços mais acessíveis aos consumidores. Nesse sentido, dá-se ênfase à agricultura familiar, que desenvolve uma produção diversificada.

A partir daí, o presente estudo servirá principalmente para verificar as estratégias usadas no fornecimento e abastecimento da alimentação escolar das escolas municipais, as quais recebem benefícios federais para oportunizar a todos os alunos matriculados uma alimentação de qualidade. Entende-se por alimentação de qualidade o mínimo de calorias necessárias que proporcionem um equilíbrio nutricional capaz de suprir as necessidades diárias para um condicionamento físico e mental de qualquer ser humano. Neste propósito, será indispensável conhecer os responsáveis pela classificação, organização e distribuição dos produtos, sendo também preciso caracterizar cada produtor ao alimento fornecido, ou seja, identificar

os produtores e qual alimento ele se responsabilizou em fornecer. Outra questão a ser mencionada está ligada ao tipo de agricultura desenvolvida pelos produtores envolvidos no fornecimento da alimentação escolar, pois já é sabido que a preferência e os incentivos são dados à agricultura familiar, estimulando assim o desenvolvimento das propriedades rurais no município, ao mesmo tempo em que procura conservar o jovem no campo.

A questão da segurança alimentar vem em contrapartida a insegurança alimentar que está relacionada à falta de acesso à alimentação adequada, mas também pode ser proveniente de uma alimentação incorreta, a qual é caracterizada pela ingestão de alimentos nocivos a saúde humana. Dessa forma, é fundamental que o ser humano se alimente em quantidade e qualidade suficientes para suprir suas necessidades diárias, uma vez que os fatores nutricionais e energéticos são expressamente importantes para o desenvolvimento humano. Conforme a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), para uma alimentação adequada, é preciso que uma pessoa tenha possibilidades de ingerir de 1.900 a 2.400 quilo/calorias por dia.

Porém, quando os índices de escolaridade da população de um determinado local são baixos, constata-se, normalmente, o baixo acesso à alimentação. Isso se deve à insuficiência de renda, que reduz o poder de compra das pessoas, contribuindo para a disseminação da pobreza e da fome. E mais uma vez, podemos considerar que o problema se concentra na má distribuição de alimentos no país, cuja população luta pela sobrevivência.

O Estado deveria reconsiderar e concentrar políticas para assegurar esse direito à população, principalmente nas regiões onde se concentra a maior porcentagem de desnutridos que, no caso, são as regiões do Norte e Nordeste. Essas regiões, muitas vezes, não possuem escola de ensino fundamental para as crianças em idade escolar e, conseqüentemente, não possuem alimentação escolar.

Atualmente, sabendo-se da situação precária na quais algumas famílias se encontram, ainda existem crianças que vão à escola apenas para comer, pois em casa não há o alimento necessário. Diferente de outras regiões, onde há sobras ou ainda desperdícios da alimentação escolar. Segundo CONTI (2009), esta é a verdadeira causa da fome no Brasil: a má distribuição. O autor também acrescenta que um dos grandes fatores que influenciam a fome é a insuficiência de renda devido à baixa escolaridade, o que acaba reduzindo o acesso à alimentação.

Em contrapartida, nossa realidade do sul do Brasil é bem diferente. Podemos considerar que somos beneficiados pelas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, pois existem diversos projetos ligados ao tema. Para ocorrerem melhoras, foi criado o projeto de adoção de produtos oriundos da agricultura familiar, que deverá qualificar os alimentos consumidos nas escolas municipais. Dessa forma, através da lei 11947/09 que busca apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar, surgiu a oportunidade da criação da Cooperativa de Produtores e Agroindústrias de Ivoti (PROAGRIL), que se tornou um mecanismo intermediário entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as instituições beneficiadas através da compra, aquisição e distribuição dos alimentos.

Uma saída para a insegurança alimentar pode estar ancorada no desenvolvimento do sistema agroalimentar que fortalecerá a agricultura familiar, promovendo o fornecimento de alimentos. A segurança está na qualidade e no custo dos produtos, valorizando a diversidade da região e criando ações públicas locais em prol da oferta de alimentos seguros.

CAPÍTULO 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Segundo dados oficiais do *site* de Ivoti, o município localiza-se no Estado do Rio Grande do Sul, a 55 quilômetros de Porto Alegre (Anexo 1), numa altitude de 127 metros, com uma área total de 74,25 km², sendo 16 km² de zona urbana e 58,25 km² de zona rural. Pertencente à área de Depressão Central, a região da cidade de Ivoti possui uma formação rochosa, que caracteriza o relevo relativamente acidentado, mas acessível, permitindo cultivar espécies como o milho, feijão e aipim. O clima também é propício para as plantações, representando uma potencialidade. Já como limitantes condicionam-se os solos, que, em algumas parcelas, é formado por saibro e outras por argila preta.

Ivoti foi colonizada por imigrantes alemães em 1826, recebendo 48 famílias que se instalaram às margens do Arroio Feitoria, desenvolvendo derrubada-queimada e uma agricultura de subsistência.

Ivoti significa, na língua tupi-guarani, “flor”. O município fora emancipado em 1964, possuindo, atualmente, uma população em torno de 19.877 habitantes (Censo, 2010).

Logo após a colonização, a região da qual o município de Ivoti faz parte, caracterizava-se pela agricultura, mas também pelas manufaturas locais, que transformaram a região em centro de comércio devido ao contato com tropeiros que utilizavam a Avenida Presidente Lucena, estrada que passa pelo município, como trajeto para o comércio do gado.

Atualmente, verifica-se a preservação da cultura dos imigrantes alemães, conservando os costumes, as danças e a língua de seus antepassados. O dialeto Alemão Hunsrückisch ainda é praticado por vários habitantes da região, assim como o consumo de produtos típicos como cucas e roscas. Esses grupos étnicos são considerados identidades socioculturais na cidade de Ivoti. Eles trouxeram, em suas bagagens, a experiência de lidar com a terra e a vontade de encontrar um lugar onde pudessem cultivar suas raízes.

Ivoti, numa perspectiva de crescimento, baseou sua economia na indústria coureiro-calçadista, de laticínios, de alimentos e hortifrutigranjeiros. A agricultura por mostrar-se desvalorizada, entrou em decadência quando agricultores migraram para a cidade em busca de novas oportunidades de vida com remuneração garantida.

Agricultores estes, que antes desenvolviam uma agricultura familiar baseada principalmente na produção leiteira, pois a cidade dispunha de uma empresa de laticínios que industrializava a produção de leite da região, gerando fonte de renda extra para as famílias. Meneghetti (s/d) afirma que “a agricultura familiar é a base social para o exercício da cidadania”, garantindo ao cidadão os direitos de fazer escolhas, de ir e vir, de buscar capacidades e qualificações para projetar um desenvolvimento e de avançar na vida. Dessa forma, Ivoti buscou novas alternativas para a agricultura, incentivando, através da cooperação e dos laços de solidariedade, a coletividade caracterizada pelos modos de organização seja ela pessoal e/ou profissional. De fato, a intenção estava em promover a diversidade e o desenvolvimento da agricultura.

No presente, Ivoti busca o fortalecimento da agricultura familiar através de processos inovativos que propiciam geração de renda e qualidade de vida aos agricultores. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) juntamente com a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente e a EMATER se empenham em suprir as deficiências dos agricultores rurais, buscando políticas públicas para o setor. Em troca, os jovens mostram interesse pela atividade de seus pais, dando continuidade ao trabalho desempenhado, agregando conhecimentos e motivando-se a organizar e construir suas vidas nas regiões de origem, ou seja, transformando a propriedade através de uma produção diferenciada, promovendo a agroecologia.

Atualmente, a agricultura familiar vem recebendo maior incentivo, afinal a maior área municipal se concentra na zona rural, e é preciso dar oportunidade de renda e sobrevivência aos agricultores para diminuir o êxodo rural. Nesse sentido, é imprescindível ressaltar que a agricultura familiar é responsável por 38% do valor bruto da agropecuária nacional e por 57,1% na região sul do país. Além disso, ela emprega 83% da mão de obra utilizada nas atividades agropecuárias (ANJOS, 2004).

As associações e sindicatos como o STR, a Cooperativa dos Apicultores (COOAPI), o grupo de Artesãos são incentivados pela Prefeitura a promover feiras mensais para a comercialização dos produtos produzidos na região. Dessa forma, as entidades assistenciais e os agricultores do Município são caracterizados como propulsores de desenvolvimento rural, porque trabalham na preservação do meio ambiente, buscando recursos locais numa perspectiva sustentável. Mas ainda são

necessárias políticas públicas voltadas à produção de alimentos que propiciem qualidade de vida às populações.

Hoje o município de Ivoti possui 19.877 habitantes, sendo que em torno de 500 famílias se ocupam com a produção agrícola, totalizando, em média, 2000 habitantes na zona rural. Há uma preocupação do setor público municipal em relação à Segurança Alimentar da sua população, que busca apoio através da assistência de nutricionistas, da Vigilância Sanitária e da Associação da Feira de Produtores para suprir as necessidades do setor almejado.

O município conta com programas mobilizados em prol da saúde da população, oportunizando o acesso à alimentação de qualidade para a fomentação do pleno desenvolvimento físico, mental e intelectual do ser humano. Para tanto, o Governo Lula propagou o Programa Fome Zero como iniciativa primária para amenizar a fome de diversos brasileiros, que vivem em condições de pobreza. Através disso, milhares de pessoas tiveram oportunidade de emprego e de renda para garantir sua sobrevivência. Além disso, o programa Bolsa Família veio estabilizar o poder de compra das pessoas de baixa renda, assistindo-as na questão da educação e na promoção social.

No município de Ivoti identificam-se o desenvolvimento de programas nacionais como o PRONAF, o PAA e o PNAE, os quais são revertidos em benefícios à população.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tem o propósito de incentivar a agricultura familiar, oportunizando a comercialização nos locais de origem do produto. Dessa forma, o repasse se dá mediante a chamada DAP, Declaração de Aptidão, que identifica o produtor como agricultor familiar, proporcionando assim mecanismos de modernização na cultura, ou seja, para agricultores de Ivoti, o PRONAF subsidia estufas para os produtores de hortifrutigranjeiros ou ainda caminhões para facilitar o escoamento da produção.

Já o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) prevê a compra de produtos alimentares diretamente de agricultores familiares, povos e/ou comunidades tradicionais para distribuição à população de baixa renda, isto é, pessoas expostas à insegurança alimentar. Os benefícios desse programa atingem também o desenvolvimento local, valorizando a cultura regional. Dessa maneira, visualizamos a ação do Estado quando interfere no circuito agroalimentar, articulando estruturas de produção e abastecimento.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) salienta o dever do Estado com a educação, atendendo educandos da rede pública através do fornecimento de material didático, alimentação, transporte e assistência à saúde. Mediante a Lei 11.947/2009, a alimentação escolar deve seguir as seguintes diretrizes: disponibilizar uma alimentação saudável proveniente de produtos seguros e diversificados; propagar a educação alimentar com objetivo de articular práticas saudáveis de vida; promover a participação da sociedade no controle social; universalizar o atendimento aos alunos matriculados na rede pública.

O exercício da lei 11.947 de 16 de Junho de 2009, que fundamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estende alimentação escolar aos alunos da rede pública, proporcionando bem-estar a população através da segurança alimentar, ou seja, assegurando aos alunos, durante o período que permanecem na escola, uma alimentação mais saudável proveniente de um cultivo com rastreabilidade. O incentivo se fundamenta na preferência pelo fornecimento para o qual não é obrigatório o emprego de uma licitação para verificação e cotação de preços para a entrega do produto, sendo que apenas é levado em conta o valor de mercado e a questão do “orgânico”, que sempre terá preferência conforme comentado pelo vice-prefeito e responsável pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente de Ivoti. Segundo o vice-prefeito, quando nos referimos aos produtos orgânicos, caracterizamos produtos cultivados sem o uso de fertilizantes químicos para promover seu crescimento, ou seja, trata-se de um produto *in natura*, processado a partir de métodos que preservem a natureza e que fomentem a sustentabilidade.

A proposta da introdução de produtos produzidos por agricultores familiares na alimentação escolar vem com o propósito de substituir alimentos produzidos através da agricultura convencional que acaba não proporcionando uma alimentação tão saudável e por vezes não garante fonte de nutrição. Conforme o modelo de produção agrícola convencional, não há produção de alimento orgânico.

Uma alimentação saudável é o fundamento da segurança alimentar e nutricional, pois, como se sabe, todo ser humano tem o direito a uma alimentação sadia e revigorante para desenvolver suas atividades, ainda mais em se tratando de crianças em idade escolar para as quais é necessário a ingestão de nutrientes capazes de lhes proporcionar um equilíbrio para o desenvolvimento físico, mental e intelectual. Para tanto, cada escola deverá planejar seu cardápio mediante as verbas

disponíveis, contando com o auxílio de profissionais do ramo, os nutricionistas, para elaboração de um roteiro que conserve hábitos saudáveis. Mas, é fundamental trabalhar o conceito de educação alimentar, ainda mais se considerarmos que “a fome no Brasil” ainda é foco de grandes discussões. Mesmo com os programas já existentes, é necessária a promoção de projetos de segurança alimentar que tenham mais abrangência e êxito nas classes mais baixas, principalmente nas zonas rurais.

Considerando que o problema de pesquisa se fundamenta na questão nutricional da alimentação escolar, é relevante ressaltar, como já fora dito, que uma alimentação nutritiva será capaz de proporcionar maior rentabilidade intelectual e física aos alunos mediante o consumo equilibrado desses produtos. A partir daí, pode-se considerar que é dada preferência para produtos mais frescos, priorizando a cultura local através do incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras em, ao menos, três dias da semana. Isso possibilita aos alunos uma alimentação com fontes de nutrição balanceadas e que, gradativamente, passem a fazer parte de seus hábitos. Esse tipo de postura pode ser encontrado no município de Ivoti, o qual passou a incentivar a agricultura familiar através da criação da Cooperativa de Produtores e Agroindústrias de Ivoti (PROAGRIL), que articula conjuntamente atividades de comercialização para o PNAE. Constituída em Maio de 2010, a PROAGRIL ainda está em processo de organização e adequação para fornecimento dos produtos, sendo que atualmente possui 24 associados jovens (faixa etária variando entre 40 anos de idade) os quais produzem além de hortifrutigranjeiros, sucos, mel (através da Cooperativa de Apicultores de Ivoti (COOAPI)), açúcar mascavo, enfim, produtos orgânicos.

A PROAGRIL, no presente ano, desenvolveu suas atividades de maneira mais individualista, ou seja, cada associado inscrevia o produto que pretendia fornecer para o Programa, o qual era adquirido pela Prefeitura e acertado diretamente com os agricultores. Agora, para o ano de 2011, estes agricultores prevêem a comercialização através da PROAGRIL, a qual disponibiliza os alimentos para a Prefeitura que organizou uma equipe para se responsabilizar pela distribuição na rede de ensino pública. Como o período ainda é de transformação, as dificuldades poderão surgir no momento de descrever e caracterizar os diversos produtos disponibilizados para a alimentação escolar, assim como para mencionar qual a variedade que cada associado fornece ou fornecerá no próximo ano letivo (2011). A

única questão a pontuar é a obrigatoriedade da aquisição de no mínimo 30% de produtos oriundos da agricultura familiar que, efetivamente está sendo cumprida a rigor. As metas para o ano de 2011 são de 50% ou mais de absorção de produtos cultivados no entorno, ou seja, produtos cultivados na região e de preferência orgânicos.

As instituições envolvidas no processo de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Ivoti são geridas pelos órgãos competentes, cada qual na sua área. Para o PRONAF é exigida a liberação da DAP, obtida junto a instituições autorizadas como entidades oficiais de assistência técnica e extensão rural ou as Confederações de agricultores, ou seja, EMATER, INCRA, FUNAI, entre outros.

O PAA, através dos programas Fome Zero e Bolsa Família, segue as orientações federais auxiliado pelas informações repassadas pela coordenação municipal. O programa do PNAE é auxiliado pela Cooperativa de Produtores e Agroindústrias de Ivoti (PROAGRIL), a qual articula conjuntamente atividades de comercialização junto ao programa, sendo que neste processo está inserida também a Cooperativa de Apicultores de Ivoti (COOAPI), que é responsável pelo mel fornecido ao programa. Dentro da PROAGRIL se inserem também de maneira indireta as empresas privadas, como, por exemplo, a Cooperativa Nova Petrópolis (Piá) e também a Weber Haus. O restante dos associados ainda é caracterizado como grupo informal, sendo coordenado pelo STRI.

Além desses, podemos citar como envolvidos na gestão dos programas direcionados a SAN, dentro do município de Ivoti, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ivoti (STRI), a Prefeitura Municipal através da secretaria da agricultura, assistência social, bem como demais secretarias responsáveis pelas informações que orientam os demais programas.

Conseqüentemente, os resultados são visíveis se observarmos o nível de vida da população que atualmente se caracteriza como médio, ou seja, as pessoas possuem condições de emprego e renda que conseqüentemente refletem a condições de alimentação, vestuário, moradia e lazer à família. Isso se deve ao exercício da cidadania, que vincula programas que promovem o bem estar da população ivotiense, seja através de subsídios em moeda ou na forma de cestas básicas, auxílio fraldas; enfim, programas de apoio às famílias de baixa renda.

CAPÍTULO 3. METODOLOGIA

Esta pesquisa, no que se refere à abordagem e à natureza, foi qualitativa, buscando explicar a atual situação da alimentação escolar a partir do desenvolvimento de projetos e programas como o PNAE, ou seja, descrevendo, compreendendo e explicando a realidade empírica do município de Ivoti.

Num primeiro momento, para atingirmos os objetivos propostos, foram realizadas pesquisas bibliográficas, que, segundo FONSECA (2002), são o início para qualquer trabalho científico e que permitem ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

No que diz respeito à coleta de dados, além da pesquisa bibliográfica, fez-se necessário complementar esta pesquisa com informações coletadas junto às Secretarias da Educação, da Agricultura e do Meio Ambiente, entrevistando os responsáveis pela alimentação escolar nas escolas. Estes foram selecionados a partir de suas atribuições junto ao PNAE, ou seja, foram usados critérios como grau de envolvimento e responsabilidade com a segurança alimentar e nutricional dos alunos da rede municipal de ensino.

Dessa forma, se procurou investigar a partir de entrevistas (Apêndice D), junto à gestora do PNAE, ao representante da PROAGRIL e à uma nutricionista escolar, as relações de causa e efeito a partir da introdução da agricultura familiar na alimentação escolar das escolas municipais de Ivoti. Os entrevistados serão identificados como S.S Gestora do PNAE, F.S Representante e agricultor da PROAGRIL e A.D. Nutricionista escolar.

Primeiramente, foram desenvolvidos roteiros de pesquisa muito extensos para cada entrevistado que além de serem diferenciados tornariam a análise de dados muito complexa. Por isso, foram elaborados novos roteiros de entrevistas com quatro perguntas para cada entrevistado. Foi desenvolvida uma pergunta chave para todos os entrevistados, sendo as restantes (três perguntas) foram elaboradas conforme a categoria de cada entrevistado.

Segundo GIL (2007), esta entrevista é uma pesquisa a mais, que objetiva levantar opiniões e informações acerca do que as pessoas sabem sobre o assunto, auxiliando no diagnóstico da situação da alimentação escolar das escolas do município de Ivoti. Sendo assim, ninguém melhor do que as pessoas responsáveis pela alimentação escolar, gestores, nutricionistas e/ou fornecedores como a

PROAGRIL, para relatar as transformações ocorridas a partir da introdução da agricultura familiar no PNAE.

Além dos aspectos citados acima, foram consultados *sites* governamentais para a coleta e análise da Lei que regula o PNAE.

Para iniciar a análise dos dados e o diagnóstico da situação da alimentação escolar das escolas municipais de Ivoti, foi preciso, primeiramente, conhecer e nomear as escolas da rede municipal. Porém, não se fez estudos específicos por escola. Esses dados foram coletados junto à Secretaria da Educação de Ivoti. Posteriormente, foi necessário conhecer os programas e projetos já empregados nas escolas municipais, assim como identificar as leis que atualmente estão em vigor. Isso possibilitou uma interação entre o pesquisador e o objeto em estudo, as escolas municipais. Assim, também foi possível verificar a abrangência desses programas e a participação de entidades sociais e/ou cooperativas agrícolas envolvidas nos mesmos.

Para apontar as origens dos produtos usados na alimentação escolar foi preciso caracterizar as regiões onde são produzidos, ou melhor, plantados os alimentos que abastecem as escolas. Desta vez, a Secretaria da Agricultura foi a responsável pela explanação desses dados.

Por fim, foi indispensável confrontar as entrevistas para obter a análise de dados, verificando as mudanças ocorridas na alimentação escolar a partir da introdução de alimentos produzidos pela agricultura familiar, além da adequação ao cumprimento da Lei 11.947 que exige que ao menos 30% dos alimentos fornecidos às escolas devam ser oriundos da agricultura familiar. Identificou-se também os cardápios usados nas diferentes escolas do município de Ivoti e, conseqüentemente, a averiguação do cumprimento do direito à alimentação. Com isso, ficou fácil relacionar hábitos alimentares às zonas de localização das escolas. Tanto na zona urbana quanto na zona rural os alunos recebem determinado tipo de alimento, implicando na saúde e desenvolvimento desses indivíduos.

Dessa forma, o presente trabalho fez uso do banco de dados de ações municipais relacionados à alimentação escolar, identificando parâmetros de atuação e conclusões sobre a gestão uma vez que procurou diagnosticar a situação da alimentação escolar nas escolas municipais de Ivoti, comprometendo-se com a veracidade das informações. Também foi aplicado o Termo de Consentimento

(Apêndice E) com entrevistados para disponibilizar as informações coletadas para divulgação, assim como para o conhecimento da origem do trabalho.

Para tanto, o tempo desempenhado na pesquisa e construção da tarefa, principalmente no que se refere à coleta de informações, entrevistas e apontamentos junto às escolas e aos órgãos competentes municipais, deve abranger o período de aproximadamente trinta dias para conclusão desse diagnóstico. Portanto, o período de análise corresponde ao primeiro semestre de 2011.

CAPÍTULO 4. RESULTADOS DO PNAE EM IVOTI

4.1 O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM IVOTI

Tomando como base o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que é, conforme Belik e Chain (2009), o maior programa de suplementação alimentar no Brasil, a satisfação quanto ao cumprimento das políticas públicas relacionadas ao município de Ivoti se tornam visíveis. Primeiramente, por reverter esse benefício a toda a população escolar, ou melhor, a todos os alunos matriculados nas escolas municipais. Segundo, por oportunizar a esses alunos uma alimentação mais saudável oriunda dos produtores regionais, incorporando dessa forma hábitos alimentares que forneçam a nutrição necessária para o desenvolvimento físico e intelectual das crianças.

Segundo a gestora responsável pelo PNAE, esse é o único programa desenvolvido no município de Ivoti. Ela comenta que alguns novos projetos ainda estão em fase de elaboração devido à entrada de novos elementos, ou seja, novas nutricionistas foram contratadas e, a partir daí, foram divididas as atividades e/ou tarefas. Por isso, esses novos projetos ainda não estão prontos, mas provavelmente até o segundo semestre de 2011 surgirá algo relacionado à alimentação escolar. Quanto a isso, a gestora do PNAE destaca o seguinte:

Bom, nós temos alguns projetos que estão começando a serem elaborados porque houve novos elementos que entraram, novas nutricionistas e foram divididas as atividades e, por isso tá tudo ainda sendo, esses projetos, programas para 2011 não estão prontos ainda, mas provavelmente até o segundo semestre a gente vai ter alguma coisa nesse sentido. [S.S. Gestora do PNAE]

O PNAE atinge as escolas municipais relacionadas a seguir, incluindo as escolas de Educação Infantil conforme relato da gestora do Programa. São elas:

- E.M.E.I. Pedacinho do Céu, localizada no bairro Jardim Bühler;
- E.M.E.I. Jardim dos Sonhos, localizada no bairro Jardim Panorâmico;
- E.M.E.I. Bem Querere, localizada no bairro 25 de Julho;
- E.M.E.F. Aroni Aloísio Mossmann (Pré-escola até 8ª série), localizada no bairro Cidade Nova;
- E.M.E.F. Concórdia (Pré-escola até 8ª série), localizada no bairro Concórdia;

- E.M.E.F. Engº Ildo Meneghetti (Pré-escola até 8ª série e EJA), localizada no bairro Morada do Sol;
- E.M.E.F. Guilhermina Mertins (Pré-escola até 5º ano), localizada no bairro Feitoria Nova;
- E.M.E.F. Jardim Panorâmico (Pré-escola até 8ª série), localizada no bairro Jardim Panorâmico;
- E.M.E.F. Olavo Bilac (Pré-escola, 1º, 2º e 3º anos), localizada na localidade de Nova Vila;
- E.M.E.F. 25 de Julho (Pré-escola até 8ª série), localizada no bairro 25 de Julho;
- E.M.E.F. Nelda Julieta Schneck (5ª a 8ª séries), localizada na localidade de Nova Vila;
- E.M.E.F. Nicolau Fridolino Kunrath (4º e 5º ano), localizada na localidade de Picada Feijão.

A importância desse programa e sua existência pretende induzir verdadeira reeducação alimentar nas crianças baseada no consumo de verduras e legumes. Esse é um aspecto que merece nossa atenção segundo a gestora responsável pelo PNAE no município de Ivoti, uma vez que se trata de um grande desafio modificar a alimentação para obter uma melhor qualidade de vida. Contudo, essa é uma rotina que as profissionais em nutrição possuem no seu dia-a-dia, ou seja, seu trabalho é justamente incorporar hábitos mais saudáveis, que proporcionem bem estar, principalmente no caso de alunos em fase de aprendizagem. Percebemos esse posicionamento na fala da gestora do PNAE no excerto abaixo:

Então, são programas que devem existir e principalmente aquela parte de reeducação alimentar das crianças, a introdução de verduras e legumes que sempre é um problema que elas vem sem esse hábito alimentar... Então, isso são coisas que o nutricionista no seu dia-a-dia, no seu trabalho está sempre na frente e conseguindo fazer alguma coisa nesse sentido. [S.S. Gestora do PNAE]

4.2 PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADES SOCIAIS E/OU COOPERATIVAS AGRÍCOLAS

Atualmente, há a participação efetiva de entidades sociais como EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais no desenvolvimento do PNAE do Município de

Ivoti, assim como também existem cooperativas agrícolas que aderiram ao programa.

Essa relação entre entidades públicas e privadas, políticas públicas alimentares, produção e consumo mostra uma nova realidade na agricultura brasileira, pois possibilita inclusive poder de mercado aos agricultores familiares, oportunizando o fornecimento de sua produção a consumidores em processo de educação alimentar.

Segundo uma das nutricionistas do município, atualmente são sete os fornecedores do PNAE. Entre eles, a Cooperativa Piá e a PROAGRIL, além dos demais que passaram por licitações. São eles: Comercial Bom Jardim de Alimentos LTDA, F&M Panificação LTDA, Sol Comércio de Alimentos LTDA, Supermercado IVOTI LTDA e Bruno Gilberto Fey.

Cada fornecedor está responsabilizado pelo fornecimento dos produtos que venceu na licitação (Anexo 2), ou seja, cada fornecedor está incumbido do compromisso com o abastecimento da rede municipal num período de seis meses.

Da mesma forma ocorre com os agricultores familiares para os quais o governo federal instituiu nova lei, especificamente a Lei 11.947, que passa a obrigatoriedade de que ao menos 30% dos alimentos devam ser adquiridos de agricultores familiares, aproximando assim produtores e consumidores, além de incentivar a produção local.

Já a PROAGRIL, cooperativa de agricultores familiares está livre da obrigatoriedade de licitação. Contudo, busca-se incentivar os produtores da região, oportunizando um local de mercado conforme o representante da cooperativa. Este ainda pontua a importância do PNAE para a agricultura familiar, incentivando a produção familiar e a valorização da cultura local, possibilitando a livre concorrência com grandes mercados. Quanto à relevância dessa lei, o representante da PROAGRIL manifesta-se da seguinte maneira:

Bom, a importância desse programa da alimentação estar incentivando a agricultura familiar é que está oportunizando às famílias da agricultura familiar a produzirem e a terem um local de mercado, no caso porque antes não tinha nem como competir com os grandes mercados. [F.S. Representante e agricultor da PROAGRIL]

Dessa forma, a gestora do PNAE se orgulha quando diz ser possível verificar que a alimentação escolar das escolas municipais de Ivoti possuem inclusive bolos e

biscoitos no cardápio, além de todos os hortifrutigranjeiros como alface, chuchu, couve-flor, cenoura, cebola, açúcar mascavo, entre outros. Outra vantagem acrescida por ela é a valorização do produtor da região, que possibilita aumentar a variedade no cardápio da alimentação escolar, acreditando estar conseguindo bastante variedade na alimentação dos educandos.

4.3 ORIGENS DOS PRODUTOS USADOS NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Como já mencionado anteriormente, há grande incentivo para o consumo de produtos oriundos da região, buscando valorizar a agricultura familiar local. A partir daí, classifica-se como fornecedores os agricultores de Ivoti que possuem a Declaração de Aptidão (DAP), os quais representam 90% dos associados da PROAGRIL, ou seja, apenas quatro (04) associados desenvolvem outras atividades além da agricultura. A DAP, Declaração de Aptidão, obtida junto às instituições autorizadas como entidades oficiais de assistência técnica e extensão rural ou às confederações de agricultores (EMATER, INCRA, FUNAI, entre outros) identifica o produtor como agricultor familiar.

Segundo o representante da PROAGRIL, a maioria dos associados ainda faz uso de técnicas convencionais no manejo das culturas, porém já tem um grupo dentre eles que pretende implantar métodos orgânicos de produção, uma vez que já se tem um bom exemplo dentro da cooperativa que é a agroindústria leiteira que possui certificação orgânica. Quanto a isso, o representante da PROAGRIL deixa claro que

a técnica utilizada na sua maioria ainda é a convencional, tem um grupo ali que está querendo começar a produção orgânica, temos uma agroindústria que tem toda a certificação orgânica já também e estamos lutando para que o pessoal comece também a desenvolver a parte orgânica. [F.S. Representante da PROAGRIL]

Atualmente são oriundos da agricultura familiar 30% dos produtos comprados para o PNAE, estimando que essa taxa seja acrescida para até 50% no próximo ano, 2012.

Quanto ao restante dos fornecedores escolhidos através de processos licitatórios, faz-se importante ressaltar que eles são representados como mercados

gerais na sua maioria localizados no município de Ivoti, facilitando e agilizando o fornecimento dos produtos. Este é um fator que diminui o desperdício de alimentos, pois, conforme a nutricionista do município em estudo, o objetivo se concentra em comprar alimentos dos quais as crianças gostem, uma vez que o que influencia são hábitos alimentares locais. Ela acrescenta que estão “sendo bem aceitos no município os produtos vindos da agricultura familiar”.

Por isso, os produtos oriundos da agricultura, os quais são perecíveis precisam de uma programação de cultivo para que estejam prontos no momento da entrega. Novamente, considera-se como grande vantagem a baixa na porcentagem de desperdício de alimento, pois atualmente são feitas as encomendas dos produtos a partir dos cardápios elaborados para a alimentação escolar. A nutricionista ressalta quanto a isso o seguinte:

...a gente consegue comprar ao alimentos aqui da região e aqueles que mais as crianças gostam conforme o que a gente tem aqui no município, aqui perto. E com isso a gente diminui o desperdício muito, porque evita aqueles alimentos que as crianças não tem costume de comer, alimentos fora que antes eram repassados, vinham direto, o alimento em si. Então, a gente compra conforme o consumo, conforme o que a criança está acostumada a comer dentro, lógico cuidando a parte nutricional. Isso evita muito, a gente consegue ter um controle bem bom da quantidades que são consumidas por escola pra evitar o desperdício. [A.D. Nutricionista do município]

Dessa forma, observando a parte nutricional se consegue adequar hábitos locais a quantidade consumidas, sendo que esse controle funciona muito bem junto às escolas, nas quais se verificou que o preparo dos alimentos ocorre nas próprias cozinhas por merendeiras capacitadas com instruções e cardápios variados nos quais entram proteínas, carboidratos, frutas, verduras e legumes. As hortaliças também já estão sendo ministradas com mais frequência aos alunos. A substituição de açúcares pelo uso do mel e melado é outro fator relevante na alimentação escolar do município, ainda mais que existe uma cooperativa associada à PROAGRIL, que produz o mel, caracterizada pela Cooperativa de Apicultores de Ivoti (COOAPI).

Como órgão fiscalizador Ivoti conta com uma equipe de vigilância sanitária municipal, representada pelas nutricionistas, que fazem visitas mensais nas escolas, apontando o que precisa ser melhorado. Além disso, existe o Conselho de

Alimentação Escolar (CAE), ao qual está integrado o presidente da PROAGRIL. O CAE busca preservar a segurança alimentar e nutricional de seus educandos. Acredita-se que, conforme comentário da gestora do PNAE, a efetividade nas reuniões e a preocupação com a questão são aparentes, uma vez que mensalmente são revertidas ações de melhorias nos diversos setores relacionados ao programa. CAE também é

um conselho que tem que fiscalizar e dar seu pronunciamento, isso é bom porque com isso a gente consegue muitas coisas que não estão tão bem, por exemplo, há... nós não temos ainda uma tela numa escola, então o conselho vai lá e faz um levantamento. [S.S. Gestora do PNAE]

Os membros do CAE e o Presidente da PROAGRIL costumam se reunir de dois em dois meses para apontar pontos positivos e negativos em relação à alimentação escolar, sejam aspectos físicos, equipamentos ou qualquer outro benefício que ponha em risco a qualidade da alimentação escolar. A partir desses apontamentos de ambas as equipes, procura-se encaminhar para o setor responsável dentro dos órgãos municipais para que seja efetuada a melhoria.

O nosso Conselho de Alimentação Escolar funciona desde a época que foi feito a obrigatoriedade dele... ele se reúne de dois em dois meses, inclusive no final de cada ano, pelo menos no final de 2010 eles foram em todas as escolas, fizeram um levantamento, tudo que há necessidade de trocar, o que falta, pontos positivos, pontos negativos, porque é um conselho fiscalizador...[S.S. Gestora do PNAE]

4.4 PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ABASTECIMENTO ALIMENTAR

A importância da participação da agricultura familiar no PNAE é oportunizada através da possibilidade de comercialização da produção dessas famílias produtoras da região. Ou melhor, conforme coloca o representante da PROAGRIL, é a oportunidade de “ter um local de mercado, pois antes não tinha nem como competir com os grandes mercados”.

O surgimento da cooperativa de agricultores familiares PROAGRIL se deu justamente para atender a demanda do PNAE, para facilitar e legalizar a comercialização aos produtores que outrora não tinham abertura de mercado.

Oficialmente, são vinte e quatro (24) agricultores familiares associados à PROAGRIL, sendo que já estão encaminhados mais sete (07) novos associados. Cada agricultor está incumbido de fornecer determinado produto (Anexo 3). Os pedidos são feitos mensalmente, baseando-se nos cardápios elaborados pelas nutricionistas, ou seja, as nutricionistas responsáveis elaboram os cardápios para as escolas, procurando diferenciá-los semanalmente. As escolas, por sua vez, fazem o pedido dos produtos às nutricionistas nas quantidades necessárias para a produção da alimentação. Esse pedido é conferido e repassado para os fornecedores que automaticamente se programam para a entrega. No ato da entrega, é assinado o recebimento da qual é dado baixa no volume licitado, ou no caso da PROAGRIL, solicitado. A nutricionista do município ainda pontua que a preocupação na qualidade dos produtos é fundamental, pois há a obrigatoriedade de fornecer ao menos três vezes por semana frutas e/ou verduras aos alunos.

Bom, desde que a gente introduziu os alimentos do produtor aumentou bastante o consumo de frutas e verduras. É que elas são dadas mais vezes durante a semana e aos poucos a gente nota que os alunos estão começando a consumir mais, antes era dado só uma vez e eles não tinham tanto consumo, agora já houve relato que eles estão gostando das frutas principalmente e estão consumindo mais uma quantidade maior do que antes. Então, pela qualidade que vem dos produtores, acho que isso influência muito no consumo dos alunos. [A.D. Nutricionista do município]

A frequência de entrega dos produtos está organizada semanalmente ou conforme necessidade das escolas, até porque existe certa flexibilidade uma vez que o transporte usado para o abastecimento é próprio, tanto no caso de empresas privadas como da PROAGRIL.

Com isso, a PROAGRIL passou a atender outras entidades públicas e privadas do entorno, já que seus produtores são todos oriundos da região na qual procuram desenvolver uma agricultura com fins sustentáveis.

Daí, o incentivo ao plantio orgânico que automaticamente remete a um produto mais natural, pois migra para uma produção mais ecológica em substituição às práticas convencionais de produção, muito mecanizada e industrializada. Automaticamente será desenvolvida uma agricultura mais sustentável, sem o uso de

agrotóxicos e produtos químicos, ajudando na preservação do meio ambiente e principalmente fornecendo mais saúde à população através de alimentos produzidos organicamente. Quanto a isso, a nutricionista do município posiciona-se da seguinte maneira:

Sim, a gente se preocupa porque conforme a lei a gente precisa dar três vezes por semana, frutas ou verduras. Então, a gente tem essa preocupação de ser orgânico, de ser mais natural para incentivar até os próprios produtores a ter uma plantação mais orgânica. E pela importância do produto natural tem pra saúde dos alunos. [A.D. Nutricionista do município]

A segurança alimentar também está relacionada ao valor nutricional dos alimentos, ou seja, ao equilíbrio nutricional dos alimentos que deve suprir um mínimo de calorias diárias para suplementação alimentar, oportunizando a população em idade escolar disposição para a aprendizagem.

Neste aspecto, a gestora do PNAE e a nutricionista do município concordam, quando relatam a importância da participação da agricultura familiar no sistema de alimentação escolar, pois só apresenta vantagens, tanto para o pequeno produtor e para o município quanto para o aluno que recebe esse alimento.

Com isso, a mobilização dos agricultores e o incentivo por parte do poder público asseguram novos investimentos para um modelo de desenvolvimento caracterizado a partir do crescimento econômico local, promovendo justiça social, conservação ambiental e saúde pública, conforme Triches e Schneider (2010). Esse fato é verídico se relacionarmos com a inserção das pequenas empresas locais nas licitações públicas do município em questão, conforme chamamento público da licitação N°. 2/2011 (Anexo 2). Dessa forma, com o incentivo à agricultura familiar, haverá geração de trabalho e renda para os habitantes, além de movimentar a economia local. Segundo a gestora do PNAE de Ivoti, a lei 11,947 “veio e deve permanecer e tem tudo para dar certo”.

Em 2010, foram beneficiados em torno de 3.480 alunos com a alimentação escolar a partir de um volume de verba de R\$ 168.000,00/ano repassado pelo Governo Federal. Contudo, ainda foi necessária uma contrapartida complementar, por parte do município, que superou 50% anual, arrecadada a partir de recursos próprios que variam de acordo com a lei orçamentária do município.

Conforme Belik *et al* (2011), o repasse do Governo Federal é calculado com base no número de alunos apontado pelo Censo Escolar no ano anterior, que

automaticamente é multiplicado pelos dias letivos e pelo valor per capita da alimentação escolar. Atualmente, esse valor está estipulado em R\$ 0,30 por aluno.

A partir da coleta de dados, observou-se que todas as escolas da rede municipal estão plenamente adaptadas à rotina imposta pelo PNAE, ou seja, nota-se a organização do poder público em prol da segurança alimentar e nutricional de seus alunos.

Por fim, os alimentos fornecidos são preparados com o máximo de atenção e cuidado para proporcionar uma alimentação de qualidade às crianças. Para tanto, vale pontuar que todos os anos as merendeiras participam de cursos de aperfeiçoamentos além dos seminários e palestras para educadores. Isso demonstra que a questão da segurança alimentar e nutricional parte também da educação, seja ela social, ambiental ou alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho almejou constatar e analisar a questão da alimentação escolar na Rede Municipal de Ensino de Ivoti, quanto à garantia nutricional e alimentar dos alunos. A fim de atingir os objetivos propostos neste estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas e entrevistas, uma vez que se conseguiu apontar os programas e projetos empregados atualmente em âmbito municipal. Da mesma forma, foi possível apontar os envolvidos nos mesmos, percebendo-se um incentivo ao agricultor familiar, oportunizado através da cooperativa PROAGRIL.

Os resultados evidenciaram a efetividade do programa, ou melhor, o bom funcionamento em relação à aplicação da Lei 11.947. Além disso, a análise dos resultados revela grande interesse por parte do Poder Público Municipal no desenvolvimento do PNAE, revertendo esforços para que todas as escolas da rede municipal e, principalmente, os alunos matriculados nas mesmas, sejam beneficiados através do programa. Não obstante, o município ainda se compromete a reverter outra parcela para complementação da verba repassada pelo Governo Federal, demonstrando, dessa forma, envolvimento com as questões alimentar e nutricional.

Tanto a análise quanto a execução do trabalho refletem a gestão do município em foco no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Esse, por sua vez, assume características próprias, promovendo a participação da sociedade por meio de incentivo ao consumo de alimentos mais saudáveis. Dessa forma, entram em ação empresas privadas e associações de agricultores familiares procurando se adaptar ao contexto municipal.

É perceptível que o Governo pretende encurtar as cadeias produtivas de abastecimento do PNAE, aproximando produtores de consumidores e facilitando as negociações e principalmente reduzindo custos. Por isso, estão sendo construídas relações econômicas a partir do desenvolvimento local.

Essas novas práticas impulsionam novas perspectivas quanto ao desenvolvimento e à aplicação das políticas públicas vigentes, ainda mais se considerarmos que estamos em plena era de conscientização ambiental, para a qual devemos adotar manejos menos nocivos ao meio ambiente. Porém, percebe-se que é preciso adotar métodos de reeducação ambiental e alimentar junto às escolas, inculcando nas crianças e/ou alunos o espírito de responsabilidade social. Todavia,

responsabilidade social também é dever dos gestores e responsáveis pela promoção de tais programas e projetos relacionados à segurança alimentar e nutricional. Dessa forma, a atuação dos sujeitos locais é fundamental na promoção e efetivação das políticas públicas.

O impacto do PNAE perante a sociedade condiciona o poder público à continuidade de suas ações, pois promove o envolvimento dos setores sociais, econômicos e financeiros em prol da segurança alimentar e nutricional, garantindo a inclusão de novos atores neste mercado institucional. Um fator básico a qualquer programa alimentar deve ser a universalização da boa alimentação, sendo que este é um direito e um bem público de todo ser humano.

Uma lacuna que ficou entreaberta para um futuro trabalho é a verificação da porcentagem de aceitação por parte dos alunos da incorporação dos alimentos produzidos pela agricultura familiar para medir o grau de preferência de determinados alimentos. Talvez, existam alunos que ainda não estejam bem adaptados a nova rotina alimentar e conseqüentemente escolas que precisem fortalecer o trabalho de conscientização desses novos hábitos alimentares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Flávio Sacco dos, Wilson Itamar Godoy, Nádia Velleda Caldas, Mário Conill Gomes, **Agricultura familiar e políticas públicas: o Impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul**, Ver. Econ. Sociol. Rural v.42 n.3 Brasília jul./set. (2004).

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Ed. 70. Lisboa, 1979.

BELIK, Walter; CHAIN, Nuria A. **O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local**. Revista de Nutrição, vol. 22, nº 5. Campinas, 2009.

BELIK, Walter; CHAIN, Nuria A; WEIS, Bruno. **O programa nacional de alimentação escolar como instrumento de promoção do desenvolvimento local**. Manual "Gestão Eficiente da Merenda Escolar". Abril, 2011.

DHEIN, Andéia. Nutricionista do município de Ivoti. Entrevista realizada em Maio de 2011.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia de Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

Gil, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KLEIN, Édio. Vice-prefeito e responsável pela Secretaria da Agricultura e meio Ambiente de Ivoti. Conversa informal em dez. de 2010.

MADRUGA, Jéssica Arpino. **Segurança alimentar e políticas públicas**. Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2009. Disponível em < <http://hdl.handle.net/10183/25335>> Acesso em nov. de 2010.

SANDER, Sandra. Gestora do PNAE de Ivoti. Entrevista realizada em Maio de 2011.

SATO, Fábio. Agricultor e representante da PROAGRIL. Entrevista realizada em Maio de 2011.

TRICHES, Rozane M.; SCHNEIDER, Sérgio. **Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consume à produção**. Saúde e sociedade, vol. 19, nº 4. São Paulo, 2010.

SITES CONSULTADOS

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade** V.12, n.1. p. 12-20, jan – jun 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/04.pdf>> Acesso em dez. de 2010.

CONTI, Írio Luiz. **Segurança Alimentar e Nutricional**. In: Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas. Passo Fundo: IBGE, 2009. E-book. (pgs 21 a 26) Disponível em <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br> > Acesso em dez. de 2010.

Dados gerais de Ivoti. Disponível em <http://www.ivoti.rs.gov.br/dadosGerais/index.asp> Acesso em 13 de Abril de 2008.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico** 2000, 2006 e 2010. RS. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>> Acesso em 09 de Dezembro de 2010.

Ivoti: Vale a pena conhecer. **Aspectos Históricos gerais de Ivoti**. Disponível em <http://www.ecoesporte.com.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=62&Itemid=1. Acesso em 13 de Abril de 2008.

MALUF, Renato. MENEZES, Francisco. **Caderno 'Segurança Alimentar'**. Itens de 1 a 8, Introdução a SAN e item 14, Formulação de políticas públicas. Disponível em <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br> > Acesso em dez. de 2010.

MALUF, Renato *et al.* **Contribuição ao Tema Segurança Alimentar no Brasil**. Artigo publicado no Vol. IV/1996 da Revista Cadernos de Debate, UNICAMP, pgs 66-88. Disponível em <http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/Contribuicao_ao_Tema_da_Seguranca_Alimentar_no_Brasil.pdf> Acesso em dez. de 2010.

MENDONÇA, Maria L. **O Direito á Alimentação**. Artigo publicado na Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Disponível em <http://www.social.org.br/artigos/artigo014.htm> Acesso em julho de 2011.

MENEGETTI, Gilmar A. **Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar**. Disponível em <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br>> Acesso em Abril de 2008.

PAULILLO, Luiz Fernando. ALMEIDA, Luiz Manoel de. **Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: a merenda escolar como instrumento do desenvolvimento local**. Campinas, 12(1): 26-44, 2005. Disponível em <http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/Redes_de_seguranca_alimentar.pdf> Acesso em dez. de 2010.

REBRAE. **A Lei 11947/2009 e as novas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Salvador/ BA, Julho de 2009. Disponível em http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/11864/DIRETRIZES_DO_PROGRAMA_NACIONAL_DE_ALIMENTACAO_ESCOLAR.pdf > Acesso em dez. de 2010.

APÊNDICE A**ROTEIRO DE ENTREVISTA**
(Gestores/responsáveis)

- 1- Quais os projetos e programas empregados na merenda escolar do município de Ivoti?
- 2 – Desde quando o município aderiu ao PNAE?
- 3- Qual a abrangência desses programas, ou seja, qual o número de escolas e alunos beneficiados pela merenda escolar?
- 4- Há participação de entidades sociais e/ou cooperativas agrícolas nestes programas? Quais?
- 5- Quem são os fornecedores? Como são selecionados?
- 6- O que cada um fornece?
- 7- Qual a origem dos produtos usados na merenda escolar?
- 8- Há participação da agricultura familiar nos programas de abastecimento?
- 9- Quais os principais alimentos oriundos da agricultura familiar fornecidos atualmente?
- 10- Quem é responsável pelas compras e licitações?
- 11- Como são feitas as licitações?
- 12 – Há o Conselho de Alimentação Escolar – CAE? Como é o funcionamento?
- 13- Quem são os profissionais que trabalham com a merenda escolar (nutricionistas, merendeiras...)? Quantos?
- 14- Qual o volume de verba repassada pelo Governo Federal?
- 15- O Município complementa tal verba? Qual a porcentagem, em média, acrescida para o fornecimento da merenda escolar?

APÊNDICE B**ROTEIRO DE ENTREVISTA**
(Nutricionistas)

- 1- Como são elaborados os cardápios para a merenda escolar?
- 2- Qual a frequência de rotatividade desses cardápios?
- 3- Há a preocupação de incentivar o uso de produtos naturais oriundos da agricultura familiar na elaboração da alimentação dos alunos?
- 4- Existe um balanceamento nutricional na merenda escolar?
- 5- Como funciona o controle e recebimento dos produtos licitados?
- 6- Todas as escolas produzem sua própria merenda?
- 7- A segurança alimentar e nutricional é beneficiada com controles de vigilância sanitária junto às escolas?
- 8- É oportunizado curso de aperfeiçoamento e/ou profissionalizante às merendeiras?
- 9- Quanto ao desperdício, é possível perceber que desde a descentralização do PNAE esse fator diminuiu?

APÊNDICE C**ROTEIRO DE ENTREVISTA**
(Responsável pela PROAGRII)

- 1- Quantos são atualmente os associados da PROAGRII?
- 2- Quem são eles e onde residem e/ou desenvolvem a agricultura?
- 3- Esses produtores fazem uso de técnicas convencionais ou orgânicas?
- 4- Quais são os produtos cadastrados atualmente para fornecimento da merenda escolar?
- 5- Qual a frequência de entrega dos produtos?
- 6- Qual o transporte usado para entrega dos produtos? Próprio ou terceirizado?
- 7- Como funciona a cobrança?
- 8- É necessário que cada associado tenha talão de produtor?
- 9- Como não há obrigatoriedade de licitação para produtos oriundos da agricultura familiar, como funciona a seleção para fornecimento?
- 10- Existe algum membro da PROAGRII que está integrado ao CAE?

APÊNDICE D

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA (Gestores/responsáveis)

1 - Qual é o seu ponto de vista em relação à situação da merenda escolar das escolas municipais de Ivoti a partir da introdução de alimentos produzidos pela agricultura familiar?

2 - Quais os projetos e programas empregados na merenda escolar do Município de Ivoti e qual sua abrangência?

3 - Quem são os fornecedores? Como são selecionados e o que cada um fornece?

4 - Há o Conselho de Alimentação Escolar – CAE? Como é o funcionamento?

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA (Nutricionistas)

1 - Qual é o seu ponto de vista em relação à situação da merenda escolar das escolas municipais de Ivoti a partir da introdução de alimentos produzidos pela agricultura familiar?

2 - Há a preocupação de incentivar o uso de produtos naturais oriundos da agricultura familiar na elaboração dos cardápios para a merenda escolar? Qual a frequência de rotatividade desses cardápios?

3 - A segurança alimentar e nutricional é beneficiada com controles de vigilância sanitária junto às escolas?

4 - Quanto ao desperdício. Percebe-se que desde a descentralização do PNAE esse fator diminuiu?

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA (Responsável pela PROAGRII)

1 - Qual é o seu ponto de vista em relação à situação da merenda escolar das escolas municipais de Ivoti a partir da introdução de alimentos produzidos pela agricultura familiar?

2 - Qual o número de associados da PROAGRII atualmente?

3 - Quem são eles e onde residem e/ou desenvolvem a agricultura e quais as técnicas usadas (convencionais ou orgânicas)?

4 - Existe algum membro da PROAGRII que está integrado ao CAE?

Apêndice E

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “**Segurança alimentar e nutricional e merenda escolar**” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso “Segurança alimentar e nutricional e merenda escolar” – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo “Diagnosticar a situação da merenda escolar das escolas municipais de Ivoti a partir da introdução de alimentos produzidos pela agricultura familiar”.

Dessa forma:

- 1- Analisar os projetos e programas empregados na merenda escolar do Município de Ivoti;
- 2- Identificar a abrangência de tais programas (número de escolas beneficiadas);
- 3- Analisar a participação de entidades sociais e/ou cooperativas agrícolas;
- 4- Analisar e apontar as origens dos produtos usados na merenda escolar;
- 5- Verificar a participação da agricultura familiar no programa de abastecimento, identificando os principais alimentos fornecidos.

A minha participação consiste na recepção da aluna “SILVANA FINGER” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação.

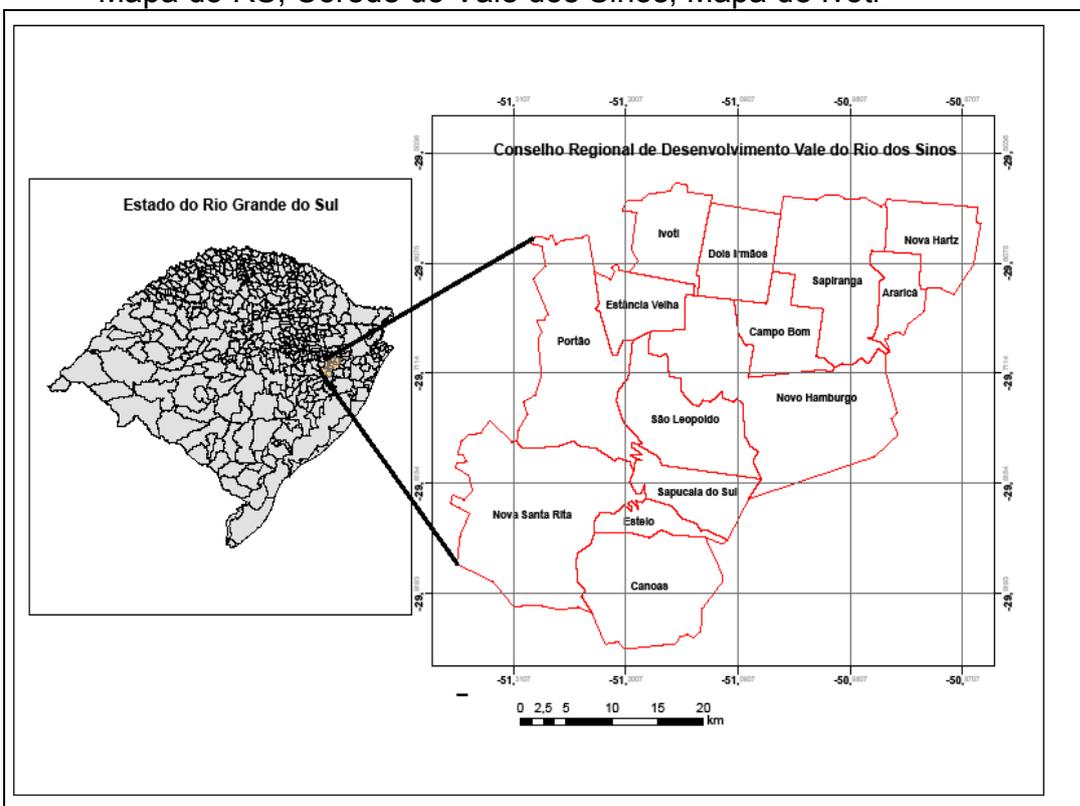
Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

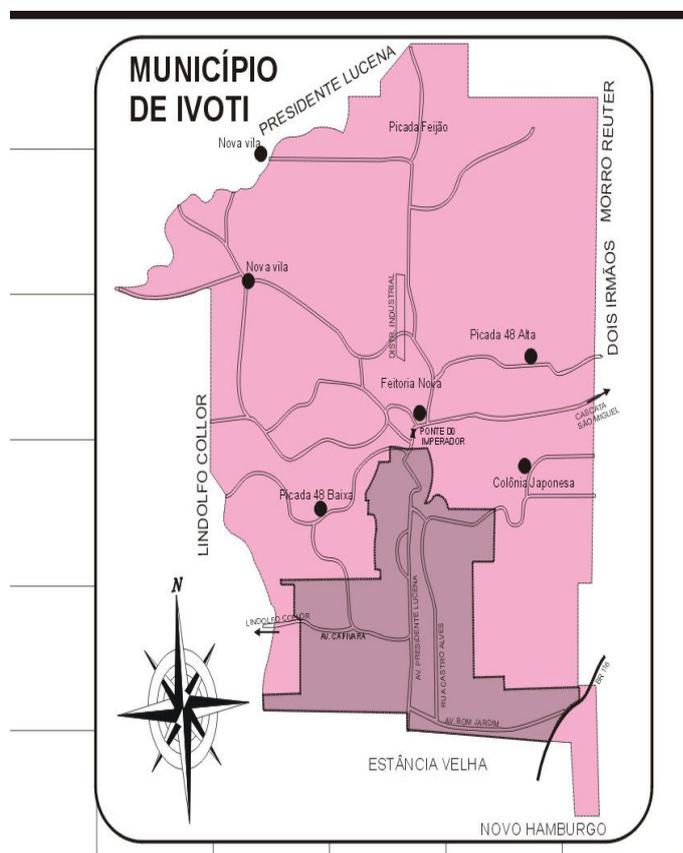
IVOTI , ____/____/2011

ANEXO 1

Mapa do RS, Corede do Vale dos Sinos, Mapa de Ivoti



Fonte: Disponibilizado pela UFRGS na DERAD 04



Fonte: Site do município de Ivoti

ANEXO 2

Estado do Rio Grande do Sul
 Prefeitura Municipal de Ivoti

Departamento de compras
 Licitação N° 2/2011 – Chamamento público

Fornecedor	Produto	UN	Quantidade
COOP. PIÁ	Doce de leite	KG	250
	iogurte com polpa de fruta sabor morango	LT	4.000
	Leite longa vida integral	LT	3.500
PROAGRII	Açúcar mascavo	KG	140
	Alface	UN	200
	Alho	KG	25
	Banana prata	KG	4.000
	Batata inglesa	KG	150
	Beterraba	KG	50
	Bergamota	KG	600
	Biscoito amanteigado – PCT 1kg	PCT	300
	Biscoito de natal – PCT 1kg	PCT	350
	Bolo formigueiro – 0,70 gr a unid.	UN	6.000
	Brócolis	UN	100
	Cebola	KG	350
	Cenoura	KG	250
	Chuchu	KG	50
	Couve-flor	UN	100
	Laranja	KG	100
	Limão Taiti	KG	50
	Repolho	UN	100
	Tempero verde	ML	300
	Tomate	KG	360
Vagem	KG	100	

Departamento de compras
 Licitação N° 3/2011

Fornecedor	Produto
Comercial Bom Jardim de Alimentos LTDA	Açúcar cristal
	Biscoito integral
	Café solúvel granulado
	Carne de segunda moída
	Farinha de milho pré-cozida
	Farinha de trigo especial
	Lentilha
	Macarrão para sopa
	Margarina cremosa
	Óleo de soja
	Orégano
	Sagu
	Sal iodado

Fornecedor	Produto
	Salsicha de frango agranel
	Cuquinha doce
F&M Panificação LTDA	Pão de queijo
	Pão integral

Fornecedor	Produto
SOL Comércio de Alimentos LTDA	Achocolatado em pó
	Amido de milho
	Arroz integral tipo 1
	Biscoito água e sal
	Fermento em pó químico
	Gelatina
	Pó para pudim
	Suco concentrado de abacaxi
	Suco concentrado de uva

Fornecedor	Produto
Supermercado Ivoti LTDA	Amendoim
	Apresentado fatiado
	Biscoito tipo Maria
	Canela em pó
	Canela em rama
	Chocolate granulado
	Cravo da Índia
	Extrato de tomate em pasta
	Farinha trigo integral
	Gelatina diet
	Macarrão integral
	Ovos
	Pó para pudim diet
	Queijo tipo lanche fatiado fino
	Suco de soja
	Biscoito amanteigado com cobertura de chocolate
Pão sovado	

Fornecedor	Produto
Bruno Gilberto Fey	Abacaxi pérola
	Caqui
	Maça Fuji
	Mamão formosa
	Uva

ANEXO 3

COOPERATIVA DE PRODUTORES E AGROINDUSTRIAS DE IVOTI LTDA -
PROAGRII

Produtos da Merenda Escolar - 2011/01

Produto agricultura familiar	Produtor
Açúcar cristaliz orgânico kg	H Weber
Açúcar cristaliz orgânico 5kg	H Weber
Açúcar mascavo – pct de kg	H Weber
Abacaxi	Jair/Marcio
Aipim descascado kg	Guido
Alho kg	Roberto
Alface un.	Afonso
Banana prata kg	José
Batata branca kg	Marcio
Batata inglesa kg	Marcio
Batata doce kg	Ari
Bergamota kg	Ari
Beterraba (molho)	Antonio
Biscoito amanteigado kg	Bernardo
Biscoito de chocolate kg	Bernardo
Biscoito com canela kg	Bernardo
Biscoito de Natal kg	Bernardo
Bolo formigueiro redondo – unidades de 1kg	Iraci
Bolo formigueiro – unidades de 0,70g	Iraci
Brócolis (bandeja)	Jair
Caqui kg	Roberto
Cebola kg	Roberto
Cenoura kg	Afonso
Chuchu kg	Jair/Marcio
Couve (molho)	Jair/Marcio
Couve flor un.	Ari
Cuca de chocolate 700g	Iraci
Doce de cana kg	Paulino
Espinafre (molho)	Jair/Marcio
Feijão carioca pct kg	Antonio
Feijão preto pct kg	Antonio
Laranja kg	Roberto
Limão taiti kg	Roberto
Massa kg	Bernardo
Melão kg	Jair/Marcio
Melado kg	Paulino
Milho (pacote com 3un.)	Jair/Marcio
Moranga amarela kg	Jair/Marcio
Nabo (molho)	Jair/Marcio
Pão de forma fatiado 700g (Aipim))	Iraci
Pão de forma fatiado 700g (Milho)	Iraci
Pão integral fatiado- de 500g	Iraci
Pepino salada kg	Jair/Marcio
Pimentão kg	Ari
Rabanete (molho)	Afonso
Repolho kg	Ari
Repolho roxo kg	Ari
Rosca de polvilho grande	Bernardo
Suco concentrado de uva organico – litro	Weber Haus
Tempero verde (molho)	Protacio
Tomate kg	Jair/Marcio

Vagem kg	Ari
Mel Kg	Querino